

# Entenda as pautas

## Derrubada do veto ao Encontro de Contas

Aprovada pelo Congresso Nacional dentro do Projeto de Lei de Conversão que tratava do parcelamento da dívida previdenciária dos Municípios com a União, a medida foi vetada pela presidência da República no início de outubro.

A pauta representa uma luta histórica dos Municípios, pois vai permitir que os gestores saibam o valor real de suas dívidas, que dependerá do resultado final entre créditos e débitos que os Municípios possuem com a União.

O Encontro de Contas representa um importante avanço na discussão do pacto federativo, tema amplamente defendido pelo governo. Com o veto, o tema volta ao protagonismo da pauta municipalista.

## Auxílio Financeiro aos Municípios

O auxílio se refere a um montante de R\$ 4 bilhões a ser repassado até o final do ano às prefeituras do país, por meio do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A medida visa a possibilitar que as administrações municipais consigam driblar a crise financeira que assola a maior parte dos Municípios.

O pedido de liberação de verba extra foi protocolado pela CNM na Presidência da República. O movimento municipalista apresentou ofício no Palácio do Planalto em que solicita que o repasse seja nos moldes de medida anterior, sem vinculações e sem desconto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

A demanda seria atendida por meio da edição de Medida Provisória (MP). A solicitação é resultado de mobilização realizada na capital federal, em que centenas de prefeitos, principalmente da região Nordeste, vieram à sede da CNM para discutir a crise municipal.

## Atualização dos programas federais

A CNM vem alertando há anos para o aumento das responsabilidades atribuídas ao Ente municipal sem que haja o acompanhamento das correspondentes fontes de custeio. É o caso dos programas federais. São, atualmente, cerca de 390 programas federais em que os Municípios assumem responsabilidades acima de sua competência.



Um exemplo é o Estratégia Saúde da Família (ESF). O valor repassado pelo Ministério da Saúde para a execução desse programa é de R\$ 10.695,00 por equipe para Municípios com até 30 mil habitantes. Entretanto, o custo verdadeiro dele apontado pelos gestores é, em média, R\$ 42.500,00 por equipe. Essa situação pode ser verificada em todos os demais programas.

Além disso, grande parte desses normativos é infralegal, com alterações constantes que dificultam o acompanhamento. Outro impacto se refere à necessidade de contratação de pessoal imposta pelos programas. Com isso, os Municípios precisam contratar inúmeros funcionários e servidores e, conseqüentemente, passa do limite de gastos com pessoal, uma vez que assumiu toda execução da política pública.

## Pauta municipalista na Câmara

São inúmeras as proposições em tramitação na Casa que podem modificar positivamente a realidade enfrentada pelos Entes locais. Essas pautas têm caráter mais permanente e podem reestruturar a legislação brasileira e promover a revisão do pacto federativo. Assim, a CNM reforça a importância de os gestores municipais pleitearem a pauta mínima do movimento.

Constam dessa reivindicação proposições importantes que tratam de temas como precatórios, atualização do Piso do Magistério, desburocratização da prestação de contas municipais, prorrogação do prazo para disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos sólidos, encargo vinculado ao repasse necessário, legitimação para propor Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) e Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e Consórcios Cauc.